

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO – SAMAE
MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2025

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 87/2025

ASSUNTO: Decisão sobre a Impugnação ao Edital apresentada pela empresa Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

IMPUGNANTE: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

IMPUGNADO: Município de Timbó/SC – Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE.

DECISÃO

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de Impugnação Administrativa, enviada em 06 de outubro de 2025, pela empresa **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, sociedade de economia mista estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 82.508.433/0001-17, doravante denominada Impugnante, em face dos termos do Edital da Concorrência Pública nº 87/2025, certame instaurado pelo Município de Timbó/SC, por intermédio do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto – SAMAE, que tem por objeto a outorga de concessão da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no território do Município de Timbó/SC, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

O procedimento licitatório em questão rege-se, fundamentalmente, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

A Impugnante, em sua peça, alega, em apertada síntese, a existência de vício de legalidade no instrumento convocatório, o qual, segundo seu entendimento, demanda

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

correção por parte desta Administração. O fundamento específico da impugnação foi articulado no seguinte ponto:

a) sustenta a Impugnante que a exigência de qualificação técnica prevista no **item 22.10.1 do Edital** é ilegal por violar o **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**. Argumenta que, ao permitir a comprovação de capacidade técnica por meio de atestado de captação de recursos para investimentos em infraestrutura de longo prazo em *qualquer setor*, o Edital adota um critério genérico que não guarda a devida pertinência com o objeto específico da licitação, qual seja, a prestação de serviços de saneamento básico. Defende que a mera capacidade de captação de recursos é um indicador financeiro e não comprova a expertise técnico-operacional necessária para a complexa gestão dos serviços de água e esgoto, o que acarretaria graves riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à continuidade e segurança da prestação do serviço. Alega, ainda, que o rol de documentos para qualificação técnica previsto no art. 67 da Nova Lei de Licitações é taxativo e não admite a exigência de comprovação de captação de recursos de forma desvinculada do setor de saneamento.

Ao final de sua manifestação, a Impugnante requer o recebimento e o julgamento procedente da presente impugnação para que seja reformulado o item 22.10.1 do Edital, com a exigência de atestado de capacidade técnica condizente com o objeto licitado e, por conseguinte, a anulação do certame nos moldes em que foi deflagrado, com a posterior republicação dos documentos e reabertura dos prazos para a apresentação das propostas.

Os autos foram instruídos com o Parecer Jurídico elaborado pela Fundação Ezute, entidade contratada para a estruturação técnica e jurídica do projeto de concessão, o qual analisou pormenorizadamente o ponto levantado pela Impugnante, opinando, ao final, pela improcedência integral da impugnação.

É o relatório do necessário. Passo a decidir.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Da Admissibilidade da Impugnação

Preliminarmente, cumpre analisar os pressupostos de admissibilidade da presente impugnação. Conforme estabelece o **item 11.1 do Edital da Concorrência Pública nº 87/2025**, *"Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o EDITAL por eventual irregularidade, devendo, para tanto, protocolar sua impugnação em até 3 (três) dias úteis antes da DATA DE ENTREGA DOS VOLUMES"*. Tal disposição editalícia está em perfeita consonância com o que preceitua o **art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

A Data de Entrega dos Volumes, conforme cronograma referencial do certame (item 25 do Edital), está fixada para o dia **15 de outubro de 2025**. A presente impugnação foi protocolada em **06 de outubro de 2025**, portanto, dentro do prazo legal e regulamentar estabelecido. A peça foi devidamente assinada e encaminhada no formato previsto no instrumento convocatório.

Dessa forma, preenchidos os requisitos formais de tempestividade e legitimidade, conheço da presente Impugnação Administrativa e passo à análise de seu mérito.

II.II. Da Análise de Mérito

Superada a fase de admissibilidade, adentro ao exame das razões de mérito apresentadas pela Impugnante, com fundamento nas disposições do Edital, na legislação aplicável e no abalizado Parecer Jurídico da Fundação Ezute, que serve de suporte técnico a esta decisão.

a) Da Legalidade do Requisito de Qualificação Técnica e da Suposta Violação ao Art. 67 da Lei nº 14.133/2021

A Impugnante alega que o requisito de qualificação técnica previsto no item 22.10.1 do Edital seria ilegal por admitir a comprovação de experiência em captação de recursos para projetos de infraestrutura em *qualquer setor*, o que, em seu entender,

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

afrontaria o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e não garantiria a expertise necessária para o setor de saneamento.

Tal argumento não merece prosperar. A escolha do referido critério de qualificação não foi fortuita ou despropositada; ao contrário, reflete uma decisão administrativa discricionária, tecnicamente fundamentada, que visa a ampliar a competitividade do certame e a atrair investidores com robusta capacidade de mobilização de capital, fator considerado essencial para o sucesso de uma concessão de longo prazo e com vultosos investimentos iniciais, como a presente.

A premissa da qual parte a Administração Pública, e que se encontra detalhadamente justificada no parecer técnico da Fundação Ezute, é que o setor de saneamento básico, embora de alta complexidade, é tecnicamente maduro. Isso significa que a expertise específica em engenharia e operação dos sistemas de água e esgoto pode ser prontamente adquirida no mercado, por meio da contratação de profissionais e empresas especializadas. O principal desafio para a futura concessionária, portanto, não reside na dificuldade de encontrar conhecimento técnico-operacional, mas sim na sua *capacidade de gestão e de alavancagem dos recursos financeiros* necessários para cumprir o ambicioso plano de investimentos previsto no contrato, que visa à universalização dos serviços.

Nesse sentido, a exigência de comprovação de experiência na captação de recursos para grandes projetos de infraestrutura, ainda que de outros setores, é perfeitamente pertinente e adequada à garantia do cumprimento das obrigações contratuais. A habilidade de estruturar e financiar empreendimentos de longo prazo é uma competência transversal e fundamental, que demonstra a capacidade gerencial e a solidez da licitante. Exigir, de maneira restritiva, que tal experiência fosse exclusiva do setor de saneamento representaria uma barreira indevida à competição, contrariando o **art. 5º da Lei nº 14.133/2021** e o **art. 37, XXI, da Constituição Federal**, que vedam o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo do certame.

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

De forma decisiva, cumpre destacar que a adoção deste critério de qualificação técnica não apenas se alinha às melhores práticas de modelagem de concessões no país — a exemplo dos certames de Pomerode/SC e do Estado do Rio de Janeiro, conforme apontado pelo parecerista —, mas também atende a uma recomendação expressa do **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC)**. Conforme consta da **Decisão Singular GAC/WWD 95/2025**, proferida no bojo do Processo nº @LCC 24/00595148, que analisou a fase de planejamento desta concessão, o órgão de controle recomendou expressamente à Administração que reavaliasse a exigência de atestados operacionais específicos do setor, sugerindo, em seu lugar, um critério focado na capacidade de captação de recursos, com o objetivo claro de ampliar a competição. Diz o item 2.2.4 da referida decisão:

*"Reconsiderar a exigência de atestados de qualificação técnica profissional e operacional para fins de comprovação de operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, \[...\] pois tal exigência limita a participação no certame às empresas do ramo da construção, operação e manutenção de serviços relacionados ao saneamento básico, ferindo o princípio da competitividade, disposto no art. 5º da Lei (federal) n. 14.133/21, **avaliando a exigência apenas de comprovação de captação de recursos para viabilização de empreendimentos em infraestrutura**, como, por exemplo, a exigência de qualificação técnica contida no Edital de Concorrência n. 12/2022 do município de Pomerode;"*

A redação do item 22.10.1 do Edital, portanto, **está em estrita conformidade com a orientação do órgão de controle externo, o que reforça a sua legalidade e legitimidade.** A alegação de que a regra transformaria um requisito técnico em meramente financeiro é uma simplificação que ignora a natureza do desafio contratual. A capacidade de executar um plano de investimentos de mais de oitenta milhões de reais é, em si, uma complexa qualificação

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

técnico-gerencial, sendo este o aspecto de maior relevância e risco para o projeto, conforme faculta o **§ 1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021**.

Ademais, a Administração Pública detém discricionariedade técnica para, dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, definir os requisitos de habilitação que julgar mais adequados e indispensáveis à garantia da execução do contrato, sendo esta uma matéria afeta ao mérito administrativo. Portanto, a exigência editalícia é legal, razoável e alinhada ao interesse público de fomentar a mais ampla competição possível, sem abrir mão da segurança quanto à capacidade da futura contratada de levar a cabo os investimentos necessários para a modernização e universalização do saneamento em Timbó.

III. DA CONCLUSÃO

Ante a análise pormenorizada do ponto arguido pela Impugnante, conclui-se que seu argumento não merece prosperar. Como restou demonstrado na fundamentação precedente, a disposição do **Edital da Concorrência Pública nº 87/2025** encontra-se em plena conformidade com a legislação vigente, notadamente a **Lei Federal nº 14.133/2021** e a **Lei Federal nº 8.987/1995**, bem como com as práticas mais modernas e consolidadas em contratos de concessão no setor de saneamento básico.

Verifica-se que a alegação apresentada pela Impugnante reflete uma interpretação restritiva da legislação e desconsidera a ratio do critério de qualificação eleito pela Administração, que, frise-se, foi motivado por razões de interesse público e embasado em recomendação expressa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Não se vislumbra qualquer ilegalidade, vício ou afronta a princípios constitucionais ou legais que justifique a alteração da regra editalícia. Ao contrário, a cláusula impugnada foi cuidadosamente elaborada para assegurar a máxima competitividade do certame, sem descuidar da necessária garantia de que a licitante vencedora terá a musculatura necessária para viabilizar os vultosos investimentos que a concessão demanda.

COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO PARA CONDUÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO DESTINADO À CONCESSÃO DA
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE
ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 845, DE 18 DE JULHO DE 2025.

IV. DO DISPOSITIVO

Diante de todo o exposto, com fundamento nas razões de fato e de direito acima aduzidas, e acolhendo integralmente as conclusões do Parecer Jurídico elaborado pela Fundação Ezute, esta Presidência da Comissão Especial de Contratação **DECIDE**:

1. **CONHECER** da Impugnação Administrativa apresentada pela empresa **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, por ser tempestiva e preencher os requisitos de admissibilidade.
2. No mérito, **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE** a referida impugnação, por não se sustentarem os vícios e ilegalidades apontados.
3. Por consequência, **MANTER INCÓLUMES** todos os termos do Edital da Concorrência Pública nº 87/2025 e de seus respectivos anexos.
4. **DETERMINAR** o regular prosseguimento do certame, conforme as regras e o cronograma estabelecidos no instrumento convocatório.

Publique-se a presente decisão no sítio eletrônico oficial do Município de Timbó/SC, para conhecimento de todos os interessados, e notifique-se a Impugnante, na forma da lei.

Cumpra-se.

Jorge Mateus Marchetti Junior

Presidente da Comissão Especial de Contratação

Portaria nº 845/2025